

Opinião

Valor

Journal econômico de circulação nacional, publicado desde 2 de maio de 2000 pela Valor Econômico S.A.

Diretor de Redação: Celso Pinto

Diretores Adjuntos de Redação: Carlos Eduardo Lins da Silva e Vera Brandimarte

Conselho Editorial: Antonio Manuel Teixeira Mendes, Celso Pinto, Flávio Pestana,

João Roberto Marinho, Luís Frias, Luiz Eduardo Vasconcelos, Merval Pereira, Otávio Frias Filho

Os sete fôlegos da má distribuição de renda

O Brasil terminou os anos 90 com a grande vitória de ter domado a inflação e estabilizado a economia. Mas entrou no terceiro milênio carregando uma derrota histórica, vencido, por inércia, no combate à desigualdade social. O país ainda ostenta o título de nação com um dos piores níveis de distribuição de renda do planeta.

A "Síntese de Indicadores Sociais 2000", recém-divulgada pelo IBGE e que consolida pesquisas feitas pelo instituto no período entre 1992 e 1999, mostra avanços importantes conquistados ao longo dos anos 90. A expectativa de vida do brasileiro subiu 2,1 anos. A rede de saneamento básico, indispensável para a melhoria da saúde da população, foi ampliada em 18,1%. A mortalidade infantil recuou 22,1% e a renda média mensal aumentou 29,8%.

A má notícia é que apesar desses indicadores positivos, ampliou-se, em números absolutos, o fosso entre os cidadãos mais ricos — uma modestíssima fatia de 10% dos 170 milhões de brasileiros — e os 40% mais pobres. Em base percentual o crescimento do rendimentos médio de ambos foi idêntico, isto é, sua posição relativa absolutamente não mudou.

Os números não deixam dúvida sobre o fato de que economia estável e em crescimento não basta para combater a desigualdade econômica, como atesta a história recente do país. Na década de 70, quando a média de crescimento foi de 7% ao ano, o desequilíbrio entre os dois extremos só aumentou. Sob esse ponto de vista, a redemocratização e a estabilidade econômicas não contribuíram para estreitar as diferenças.

A correção da desigualdade de renda — que por aqui também é acompanhada por significativos hiatos regionais, de gênero e de cor — exige atuação decisiva do Estado por meio de uma política redistributiva ativa, algo que falta ao Brasil há quase duas décadas. Como bem lembrou o presidente do IBGE, Sérgio Besserman, durante a apresentação da pesquisa, a melhoria de indicadores sociais é uma tendência mundial. "Mas os resultados melhoram quando se soma uma demanda

consciente e mobilizada da sociedade com políticas públicas bem focadas."

Até porque os números divulgados pelo IBGE suscitam outra questão: o país não tem de fazer frente a esses problemas apenas, como se fosse pouco, por conta da necessidade social. A premência dessa atitude também embute uma urgência econômica. No cenário da economia globalizada, o fôlego do mercado consumidor, onde quer que esteja, agrega valor à realização de investimentos. No mínimo, por meio da garantia de escala de produção, qualidade capaz de tornar as nações emergentes mais atrativas ao capital internacional.

Não combater as desigualdades equivale a permitir a disseminação de uma endemia forte o bastante para corroer os efeitos de conquistas, como as obtidas em relação à expectativa de vida, saneamento básico, renda média mensal e mortalidade infantil. É aterrador o fato de que um terço do universo das famílias com crianças de até seis anos de idade vivam com menos de meio salário mínimo. São quatro milhões de famílias indigentes que se sustentam precariamente com menos de 90 reais por mês, uma proporção inaceitável ainda que se considere que essa taxa era ligeiramente superior a 40% no início da década passada.

A alteração desse quadro depende de políticas governamentais, pois esse mal não se extinguiria, mesmo que o país crescesse à taxa anual de 4% por cinco anos consecutivos, como assinalou em artigo publicado pelo Valor no início de março, do economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV.

O Brasil está perdendo uma rara oportunidade de combater esse problema com rigor. Períodos de bonança econômica agem como facilitadores de políticas sociais, indigestas em tempos de recessão, quando todos — inclusive os ricos — são obrigados a dividir as perdas. Economistas respeitáveis e liberais têm demonstrado ceticismo quanto à correção das mazelas distributivas apenas pela "mão invisível" do mercado. Sem a mão ativa do Estado, com políticas criativas e custos explicitados para toda a sociedade, a desigualdade tende a aumentar.